

Para Malan, "história da recessão no País é lixo"

por Fernando Dantas
de Washington

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ontem que "esta história de recessão no Brasil é lixo, é 'bullshit'", ao fazer um vigoroso ataque à idéia de que o País possa fazer algum tipo de troca entre ser menos rigoroso com a inflação e obter um crescimento econômico mais rápido.

A afirmação foi feita durante um discurso no seminário promovido pela Câmara Brasileiro-Americana de Comércio, no Hotel Omni Shoreham, em Washington, ontem. Em entrevista coletiva após o pronunciamento,

Malan preocupou-se em como os jornalistas iriam traduzir o seu linguajar desabrido. Para o ministro, "bullshit" é uma expressão "coloquial" em inglês, intraduzível para o português.

A irritação de Malan dirigiu-se contra o transplante para o Brasil de uma discussão que ele considera bastante relevante em relação aos países mais ricos. Este debate gira em torno de se saber se vale a pena ou não levar a inflação de patamares muito baixos para zero.

Malan lembrou que esta discussão gira em torno de níveis muito pequenos de inflação: "Alguns países têm meta de zero a 2% ao ano, outros acham melhor de 1 a 3%, e a hipótese máxima (defendida por alguns economistas) é de 1,5% a 3,5%", disse o ministro, lembrando que o Brasil ainda está muito distante destes patamares. Para ele, não há sentido em se discutir no Brasil a troca de 0,5 ponto percentual a mais de inflação por 0,5 ponto percentual a mais de crescimento, como se faz nos países ricos. Muito menos achar que valeria a pena deixar a inflação brasileira retornar a níveis próximos ou superiores a 20%, para acelerar a economia.

Para o Ministro, "qualquer incompetente sabe acelerar o nível do crescimento econômico", através de ampliação dos gastos e endividamento público. Fazer isto, para ele, apenas levaria o Brasil de volta para o ritmo "stop and go", entre 1981 e 1992, quando o País experimentou sete anos de queda de produto.

O ministro negou que o Brasil possa seguir a trajetória da Argentina, ou, a partir de um plano de estabilização com ancoragem cambial, descer em cerca de cinco anos para próximo de inflação zero e até mesmo deflação. "O nosso arranjo cambial é muito mais flexível, o que é uma diferença fundamental", ele disse, observando que no Brasil a minibanda

cambial está se movendo. Malan acrescentou que a situação hiperinflacionária da Argentina, antes do plano Cavallo, era bem pior que a do Brasil, antes do Real, o que levou os argentinos a um plano bem mais drástico.

Malan disse também que não se pode falar em recessão no Brasil, que, segundo suas projeções, deve crescer 3% em 1996 e 4,5% anuais nos dois próximos anos. Para ele, recessão seria o termo correto para as economias do México e da Argentina em 1995, que tiveram quedas de PIB de 7,7% e 4,4%, respectivamente. Malan classificou como "uma tolice" a escolha, pelo Brasil, entre controlar a inflação ou crescer.

Em outra frase de efeito, parafraseando Saddam Hussein, Malan disse que não existe "uma mãe de todas as batalhas" no ajuste fiscal, que é uma guerra que se ganha com um esforço gradual e contínuo no dia-a-dia. Malan disse que o governo vai perseguir as reformas administrativa e previdenciária "com vigor" a partir de outubro. Ele acredita que o Senado consiga restituir os pontos da reforma previdenciária modificados na Câmara.

O ministro lamentou que o governo ainda não tenha conseguido convencer a sociedade da profunda injustiça do sistema previdenciário no Brasil. Ele lembrou que 16 milhões de pessoas se aposentaram aos 60 anos com média de dois salários mínimos (setor privado), ao passo que no setor público, 1,6 milhão de pessoas representam um gasto total maior, aposentando-se antes dos 50 anos com salários maiores que os da ativa, e sem ter contribuído para isto.

Na Europa, observou Malan, as pessoas se aposentam aos 65 anos, depois de 35 anos de contribuição, e com apenas 60% a 70% do último salário. Ironicamente, o ministro disse que, "como nós somos um país muito rico, nós podemos pagar mais de 100% do último salário, e todo mundo acha natural, que é um direito adquirido".

Sobre o direito de Fernando Henrique Cardoso concorrer à reeleição, Malan disse que a sua aprovação diminuiria a instabilidade dos cenários com que trabalham os investidores. Neste sentido, ele concorda com a avaliação do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, de que o direito à reeleição pode ter um impacto positivo sobre o crescimento. Malan, porém, evitou falar em números específicos, como fizera Kandir no dia anterior, em Washington.